

Brasil cristão: as barreiras na construção da noção de sexualidade

Ana Luíza Gouvêa Neto¹

Introdução

A partir, sobretudo da redemocratização do Brasil, nas décadas de 1970 e 1980², tem-se observado uma reconfiguração do espaço público brasileiro. Embora laico, pode-se verificar no Estado brasileiro uma intensa relação entre política e religião. No Brasil atual, religião e política são esferas que conversam entre si. Com a explosão evangélica no debate público muito se tem falado no processo histórico da secularização. Vê-se no Congresso embates constantes entre discursos a favor de um secular – superior à religião, neutro de valores religiosos – e discursos a favor do direito que a religião teria em se expressar de forma política. Campos (CAMPOS; et. al., 2015) em seu texto aponta para tensões e conflitos gerados a partir da participação religiosa no cenário público.

Tais conflitos e tensões tornam-se notórios com a entrada do segmento evangélico na política, que apesar de constituírem minoria³ comparada à população religiosa, ocupam lugar de grande visibilidade. As imbricações entre religião e política no Brasil podem ser compreendidas em duas esferas que se complementam: em um plano tem-se o uso político da religião; e em segundo plano, tem-se o uso religioso da política. As existências dessas duas esferas não se excluem, pelo contrário, se complementam e, em momentos de eleições, por exemplo, é possível delinear fronteiras entre essas esferas.

O que se vê, atualmente em terras tupiniquins, é um espaço público em ebulição, no qual, debates relacionados à laicidade, direitos reprodutivos, direitos humanos estão constantemente ocupando os lugares de destaque, tanto, na mídia, quanto na política e na sociedade civil de forma geral.

Feitas tais considerações, inseri-se, aqui, o objetivo do presente texto, o qual tem um caráter ensaístico, ou seja, não tem a intenção de ser um texto completo e

¹ Doutoranda PPCIR – UFJF, Diretora de Divulgação da ABHR, bolsista Capes, e-mail: analu172@hotmail.com

² Considera-se como período de redemocratização, no presente texto, os anos entre 1975 e 1989, através da abertura política às eleições diretas em 1989.

³ De acordo com o Censo de 2010 a população evangélica era composta por 42,3 milhões de adeptos.

finalizado. Ao contrário, pretende levantar questões reflexivas acerca de como religião e sexualidade, enquanto *noções-chave* se relacionam na atualidade do país. Para tanto, haverá um esforço em identificar os discursos religiosos a respeito da sexualidade, bem como, relacionar tais discursos à normatização dos corpos e condutas.

O quadro teórico utilizado para pensar de forma crítica religião e sexualidade e suas imbricações no contexto histórico atual do país é formado, sobretudo, por Pierre Bourdieu, Judith Butler, Michel Foulcaut, entre outros. Embora o espaço não permita dissertar profundamente sobre as perspectivas de cada autor, nem seria o objetivo, a utilização de tais pensadores, somados a outros, permite compreender de forma mais ampla concepções tão caras para a presente análise, tais como: sexo, gênero, corpo, entre outros.

Pensando a partir de Pierre Bourdieu

Formular reflexões críticas sobre sexualidade na atualidade brasileira tem suas implicações. Nota-se a imprescindível contextualização e historicidade da construção do conceito, ou seja, pensar a historicidade da própria construção do conceito implica pensar em diferentes variáveis, tais como: pensamentos, épocas, contextos geográficos. E, que a construção da definição responde às questões específicas de cada variável.

Isso quer dizer que a sexualidade enquanto *noção-chave* para formulação das identidades dos sujeitos deve ser analisada a partir dos contextos históricos, não perdendo de vista, a interseccionalidade. Sendo assim, a vivência e a prática da sexualidade no indivíduo vai ser resultado de vários fatores: raça, localidade, religião, idade, status social, etc.

Precisamente, neste ponto, que os escritos contidos em *A Dominação Masculina* (BOURDIEU, 2011) auxiliam a perceber de qual forma a sexualidade é construída no Brasil, para além, da forte relação entre sexualidade e religião. Apesar de Bourdieu não trabalhar em seu livro (2011) sexualidade enquanto conceito, a perspectiva estruturalista de gênero trabalhada pelo autor é fundamental para compreender posturas conservadoras no espaço público brasileiro.

Embora, a noção de *habitus*, em Bourdieu, retome o sujeito enquanto agente na ação, a perspectiva de gênero de cunho biológico, e, nesse sentido, determinista, é a forma com a qual, a religião⁴ encara a identidade generificada.

Assim sendo, de forma resumida, pensar a partir de um viés estruturalista acerca do gênero significa pensar a diferença entre os sexos por vias biológicas. Quer dizer, a nomeação do sujeito antecederia seu nascimento, a partir da identificação do seu aparelho reprodutor. No frígir dos ovos, pênis, testículos, vagina, ovários seriam responsáveis, não somente pela nomeação do sexo, mas pela construção da identidade generificada dos sujeitos. Conseqüentemente, o gênero seria a construção sexual naturalizada do sexo, enquanto *habitus sexuosos*. Nesse esquema, o gênero seria socialmente construído a partir do sexo biológico, mas para além, gênero, sexo, orientação sexual, e, portanto, a sexualidade seriam categorias interdependentes.

Não obstante, Bourdieu (2011, p. 165) salienta a necessária compreensão de que elementos que parecem eternos historicamente são meros produtos de construções feitas por instituições sociais, tais como igreja, família, Estado. A divisão sexual das coisas e das atividades seriam conseqüências da construção de conceitos a partir de um viés histórico de longa duração. Transpondo as ideias de Bourdieu, para a atualidade brasileira, a ideia central da construção da sexualidade seria, justamente, a divisão sexual das coisas, das atividades, dos costumes, das práticas sociais, pois:

A divisão sexual das coisas e das atividades assume uma postura binária, na qual sempre há oposição entre masculino e feminino, perpetuada de forma objetiva e subjetiva. Cima/embaixo, frente/atrás, duro/mole, seco/molhado são exemplos da postura binária que confere conotações e correspondências aos gêneros. Tais esquemas de pensamentos, supracitados, têm aplicações universais e naturalizam situações construídas e perpetuadas pelas instituições. (GOUVÊA NETO, 2015).

As instituições, portanto, são responsáveis não só pela produção dos conceitos, mas pela reprodução dos mesmos, influenciando de forma direta, ou indireta, na

⁴ É importante salientar a heterogeneidade de religiões no Brasil, conseqüentemente, suas doutrinas, práticas, ritos, costumes, e discursos. Um exemplo é a Igreja Universal do Reino de Deus que já se declarou a favor do aborto em situações específicas; outro exemplo seriam as igrejas inclusivas. Embora haja diversidade, pesquisas (NATIVIDADE, 2006; HEILBORN, 1997; DUARTE, 2013, BOTTON, 2015; ALVEZ, 2009; SILVA; et. al. 2008) demonstram um perfil conservador em boa parte das religiões brasileiras, quer sejam cristãs, ou não.

construção e vivência das identidades generificadas dos sujeitos e de suas concepções de sexualidade.

Sexualidade enquanto *noção-chave*

Ora, se o objetivo do texto é trabalhar sexualidade enquanto *noção-chave* é imprescindível esclarecer a partir de qual lugar a autora fala. Compreende-se enquanto sexualidade um conceito derivado de processos histórico-culturais de longa duração⁵, no qual, há sempre que se pensar a relação entre sexo e poder. Há, portanto, um conjunto de forças e discursos autorizados a exercer o poder na sociedade, e tal poder – repressivo – situa-se na normatização da sexualidade.

Foucault (1988, p. 16) insere a seguinte pergunta: “Qual regime de poder que sustenta o discurso sobre a sexualidade?” A pergunta feita pelo autor há décadas permanece extremamente atual, sobretudo, para a compreensão dos discursos, políticos e conservadores na esfera pública atual. Discursos, esses, em sua maioria, ligados à concepção de religiosidade cristã⁶. Cabe ressaltar que a partir dos séculos XVII e XVIII, através da evolução da pastoral católica, bem como, da incitação política, econômica e técnica, vê-se uma multiplicação dos discursos relacionados ao sexo, embora, tal multiplicação ocorra concomitante a censura. Quer dizer, novas regras de decência, durante esse período, passam a filtrar as práticas e condutas pessoais.

Instaura-se a polícia do sexo: autorizada a regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos, nos quais, a conduta sexual da população é tomada enquanto objeto de análise e de intervenção. Importa salientar, que tais discursos – moral, racional, econômico, político – eram e continuam sendo produzidos e reproduzidos por instituições detentoras de capital simbólico, ou seja, de poder, tais como: Estado, religião, pedagogia, medicina. Ainda que hierarquizados, tais discursos, múltiplos entrecruzados, operam através de um regime de poder-sabre-prazer, no qual, o objetivo-fim está sempre relacionado à normatização dos corpos e condutas dos indivíduos.

Conseqüentemente, através da multiplicação dos discursos ligados ao sexo, e da *natural* normatização dos sexos e condutas, inaugura-se as perversões, a partir

⁵ Foucault (1988) discorre em seu texto a história da construção da sexualidade desde a Idade Média, passando pela burguesia vitoriana até a modernidade.

⁶ Tal concepção será abordada mais a frente.

das heterogeneidades sexuais. Nesse ponto, no qual, *discursos verdadeiros* sobre o sexo são difundidos por instituições de poder, a sexualidade:

[...] foi definida como sendo “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normatização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos e mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar[...] (FOUCAULT, 1988, p. 67).

Tal natureza da sexualidade, ligada a uma verdade única, fruto de uma perspectiva de gênero estruturalista, somada a leitura, literal da Bíblia, na atualidade brasileira continua evidente. Um bom exemplo seria o Projeto do Deputado Federal Marco Feliciano, em 2013, que permitiria aos psicólogos promoverem tratamento com objetivo de curar a homossexualidade. Ainda que não tenha sido aprovada, a PL, apelidada de “cura gay” recentemente retornou com força ao debate público, quando o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho⁷ concedeu uma liminar que permite, que na prática, psicólogos ofereçam pseudoterapias de reversão sexual. Dessa forma, algumas reflexões fazem-se necessárias: quais seriam as relações entre as instituições produtoras de sentido e a construção da concepção de sexualidade?; de quais formas essas relações podem ser identificadas?; analisar os discursos religiosos que envolvem sexualidade nos indicam uma direção para perceber tais relações?

O discurso religioso

Já foi dito anteriormente que a religião enquanto detentora de capital simbólico, ou seja, detentora de poder contribui na produção e na reprodução de conceitos, tal como, a sexualidade. Perceber a religião enquanto *noção-chave* significa pensar em uma perspectiva de lastro histórico de longa duração, no qual, a religião é uma das matrizes essenciais para a construção da identidade dos sujeitos.

Nesse sentido, juntamente com outras instituições detentoras de poder, a religião, influenciou, e, permanece influenciando as práticas e condutas dos indivíduos. Pensar dessa forma implica supor que a construção de identidade individual é mediada por diversas instâncias produtoras e reguladoras de valores

⁷ Liminar concedida em 15 de agosto de 2017, pelo juiz da 14ª Vara do Distrito Federal.

culturais, noção que se aproxima da concepção de uma matriz de inteligibilidade – reguladora, normatizadora – explanada por Judith Butler⁸.

A proposta, por tanto, é considerar a instituição religiosa como um, entre vários, espaços que configuram as relações sociais de maneira dinâmica. Se a ideia fosse seguir a argumentação de Geertz sobre religião enquanto,

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 1989).

Talvez, pensar a sexualidade enquanto conceito que permeia a subjetividade, não fosse possível. Entretanto, desde a Idade Média, a instituição religiosa, sobretudo a Igreja Católica – como dito em momento anterior – vem influenciando através da moral cristã o comportamento sexual e as condutas dos indivíduos. Tendo em vista, que todo discurso atua dentro de territórios específicos e bem demarcados, torna-se preponderante investigar por quais meios e até onde a moral cristã regula o comportamento sexual de seus adeptos.

De acordo com GIUMBELLI (2011, p. 337) deve-se considerar os discursos, concepções, posturas, ou seja, “um jogo altamente político, que envolve entre outras coisas, a questão dos limites e sustentação de comunidades e tradições.” No caso do Brasil, país de matriz cristã⁹, o que se tem visto, salvo exceções¹⁰, é a continuidade de uma postura conservadora. Bom, mas o que seria uma postura conservadora? Uma postura conservadora relacionada à sexualidade estaria ligada àquela noção de gênero estruturalista, que justifica as condutas e práticas sociais a partir do sexo biológico, excluindo todo e qualquer tipo de comportamento que fuja a heteronormatividade.

⁸ Ver: BUTLER, 1998; BUTLER, 2015; BUTLER, 2005; FEMÍNIAS, 2006;

⁹ De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010 os cristãos no Brasil seriam 86,8% da população.

¹⁰ Um bom exemplo seriam as igrejas inclusivas. Ver: SILVA; et. al., 2017; ALVES, 2009; NATIVIDADE, 2010.

Isso quer dizer: tanto a igreja católica, quanto a igreja evangélica¹¹ transmitem em seus discursos concepções relacionadas a uma perspectiva de gênero estruturalista. Com base nos discursos públicos de tais instituições o quadro abaixo ilustra o ideal de sexualidade difundido no meio religioso.

	RELAÇÕES	FAMÍLIA NUCLEAR
Legitimidade	Heteronormativas	Pai, mãe e filhos (as)
	Através do matrimônio	

Criado pela autora

O quadro criado pela autora permite visualizar a concepção cristã, não somente de sexualidade, mas de família. Ou seja, com base em trechos da Bíblia: “E disse o Senhor Deus; Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma adjutora que esteja como diante dele” (GÊNESIS, 2:18); “ E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor e tua conceição; com dor terás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (GÊNESIS, 3:16), a concepção cristã tem influenciado na forma com a qual seus adeptos, de maneira mais direta, e a população brasileira de forma geral, enxergam a instituição família e conseqüentemente viva a sexualidade.

De acordo com o quadro, as relações afetivas devem acontecer de maneira natural, ou seja, entre um homem e uma mulher, biologicamente, falando. A família nuclear, portanto, deve ser constituída por pai, mãe, filhos e filhas, sempre reforçando o binarismo, mas também a hierarquia entre os sexos – “Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja; sendo ele próprio o salvador do corpo.” (EFÉSIOS, 5: 22). Não obstante, tais relações entre homens e mulheres, só será legitimada através do casamento.

Portanto, com base em uma concepção cristã, a família deve ser vista como instituição sagrada, uma vez que foi criada por Deus, através da criação de Adão e Eva, portanto, um homem e uma mulher, com o fim de procriação. O exemplo máximo de tal concepção é a Frente Parlamentar Evangélica, que traz em seu art. 2.º, § 3.º:

¹¹ Pentecostais e protestantes históricos compõem o grupo denominado de evangélico na Latino-América. Descendentes da Reforma Protestante ocorrida no século XVI, os evangélicos abarcam igrejas como a Luterana, a Batista e a Metodista até a Congregação Cristã no Brasil, a Assembleia de Deus e a Universal do Reino de Deus. É essa a religião que mais cresce no país ao longo do século XX, transformando a composição no interior do campo religioso brasileiro (CAMPOS, 2008, p. 15).

Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra. (FPE, 2015, p. 1)

Como visto no trecho acima, a Frente Parlamentar Evangélica tem por objetivo legislar em nome de Deus. De acordo com Machado, ao realizar entrevistas com evangélicos ligados de alguma forma à política,

[...]é necessário atuar na qualificação dos pentecostais, formar cidadãos mais ativos e uma liderança política que possa ocupar os espaços do poder, propor leis e políticas públicas condizentes com o ideário cristão[...] (MACHADO, 2015, p. 53).

A inserção na política e o ativismo religioso são necessários para enfrentar a situação em que o país se encontra de ameaça à instituição tradicional da família e a moral e ética cristã. O movimento feminista e o movimento LGBT estariam contribuindo para a destruição da família tradicional cristã, e por isso precisariam ser combatidos.

Um vislumbre a partir de Judith Butler

A presença recente da filósofa norte-americana ao Brasil caracteriza a relação entre as *noções-chave*, aqui expostas, religião e sexualidade. Em um triste episódio de conservadorismo, Butler e sua companheira, foram agredidas física e verbalmente por pessoas que as esperavam no saguão do aeroporto. Importa salientar que as falas de Butler, na ocasião, não eram relacionadas às questões de gênero e sexualidade, mas direcionadas à política no Oriente Médio.

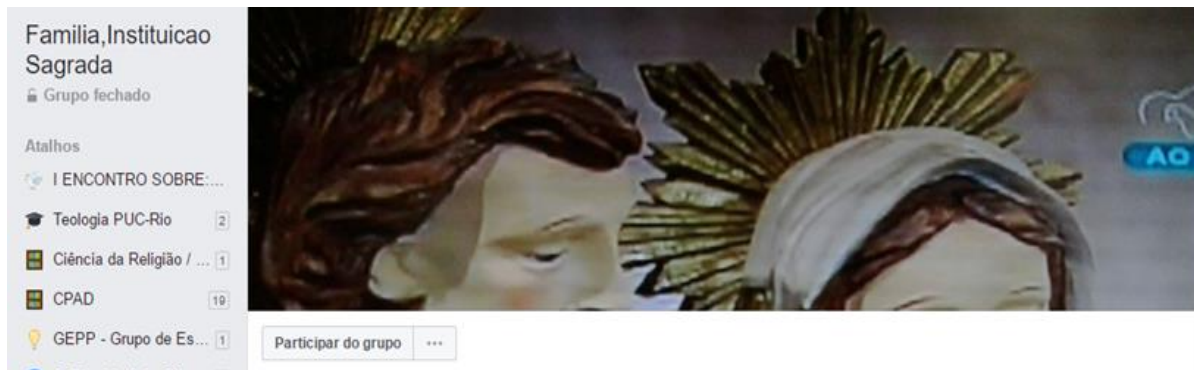
Entretanto, o rechaço à Butler se deve a sua teoria pós-estruturalista de gênero, que abriria possibilidades para o reconhecimento de inúmeras formas de vivenciar a sexualidade.

[...] O gênero tido enquanto ato, é aberto a múltiplas ações, intencional, performativo e ritualizado através de constantes repetições ao longo espaço/tempo. O gênero pode ser interpretado enquanto ato, a partir do ponto em que necessita de constantes repetições para sua constituição. Dessa maneira, a construção de uma

identidade única cai por terra, uma vez que o gênero não é fixo, até mesmo para a visão estruturalista [...]A partir do ponto em que a categoria gênero não é fixa, abre possibilidades para múltiplas interpretações do próprio sexo, considerado base fundante para a construção do gênero. Ora, se a constituição do gênero não é fixa, mas móvel e historicizada, não parece haver sentido em quantificar tanto a categoria de gênero, quanto a de sexo [...] (GOUVÊA NETO, 2016, p. 98-99).

Ou seja, tal perspectiva contrariaria a visão biológica acerca do sexo, colocando em debate discursos religiosos em favor de uma norma que exclui. Pois, a igreja, enquanto tal tem responsabilidade na ordenação e normatização dos sujeitos, enquanto produtora de uma matriz de inteligibilidade. Portanto, fugir à norma – a matriz de inteligibilidade forjada pela instituição religiosa a partir do discurso masculino – ameaça à instituição tradicional de família e da moral ética cristã. Por fim, os grupos, abaixo, encontrados no Facebook, ilustram o ideário de moral cristã no Brasil,

IMAGEM 1¹²



¹² Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/775152395840946/>>. Acesso em: 09.jul.2017.

IMAGEM 2¹³**Considerações finais**

A partir das considerações feitas no decorrer do texto, pôde-se verificar que no Brasil o universo religioso atua enquanto regulador da sexualidade. Os discursos religiosos classificam as atitudes e as condutas consideradas aceitáveis ou não para seus adeptos. Concomitante a um discurso conservador no espaço público, há um esforço para que esse discurso seja capaz de normatizar não somente os corpos, mas as condutas dos sujeitos.

A pesquisa realizada por Silva et. al. (2008) reforça a ideia da influência religiosa na regulação da sexualidade, inclusive em religiosidades não cristãs. Ao trazer tal informação, a pesquisa, abre espaço para debater até qual ponto a sexualidade é de fato regulada no Brasil, sobretudo a partir do reforço à ética moral cristã. Pensar categorias analíticas como sexualidade e religião significa pensar de maneira interseccional, e, Heilborn (1997) sugere que o reforço moral e ético na construção e vivência da sexualidade no Brasil, pode ser identificado mais nitidamente em camadas populares da sociedade.

Ou seja, a relação entre as *noções-chave* sexualidade e religião, no Brasil, é pautada por uma forte noção de ética moral e cristã, repercutindo discussões acaloradas no espaço público sobre Direitos Humanos e Direitos Reprodutivos. Entraves legais que permitam a eficácia de políticas públicas ligadas à sexualidade

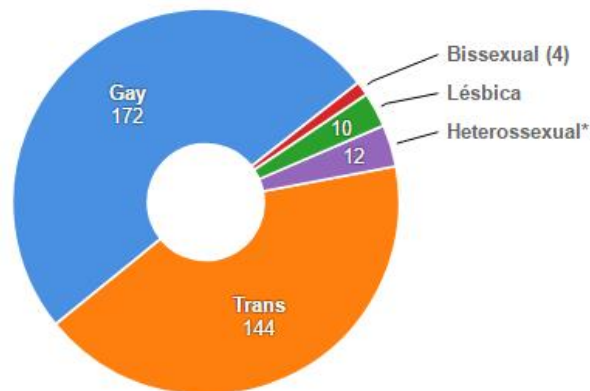
¹³ Disponível em: < <https://www.facebook.com/EuSouContraOCasamentoGay/>>. Acesso em: 09. Jul. 2017.

baseiam-se nos discursos religiosos que utilizam a Bíblia e uma medicina oitocentista para formular seus discursos retrógrados e reacionários colocando em risco todos os dias a vida de uma boa parte da população, tal como mostra o gráfico abaixo:

IMAGEM 3¹⁴

Vítimas por segmento LGBT

No Brasil em 2016



*Inclui parentes e conhecidos de pessoas LGBT assassinados por algum envolvimento com a vítima

Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Referências bibliográficas

ALVEZ, Zedequias. Religião e sexualidade: reflexões sobre igrejas inclusivas na cidade de São Paulo. In: *Anais ABHR*, 2009.

BOTTON, Fernando Bagiotto. A construção discursiva dos sexos e da sexualidade na modernidade a partir de Butler e Foucault. *Bagoas*, p. 177 – 194, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos PAGU*, n. 11, p. 11 - 42, 1998.

_____. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. *Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 3, n. 4, p. 321-336, 2015.

_____. Regulaciones de gênero. *LAVENTANA*, n. 23, p. 7 - 35, 2005.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007. *Revista de Estudos da religião*, 2008.

¹⁴ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/homofobia-mata-uma-pessoa-cada-25-horas-norte-tem-maior-indice-20819002>>. Acesso em: 09. jul. 2017.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; et. al. A disputa pela laicidade: uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. *Religião e Sociedade*, p. 02-16, 2015.

DUARTE, Luiz Fernando Dias Duarte. Aonde caminha a moralidade? *Cadernos Pagu*, p. 19 - 27, 2013.

FEMENÍAS, Maria Luísa. Pós-feminismo através de Judith Butler. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 549 - 571, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIUMBELLI, Emerson. A noção de crença e suas implicações para a modernidade: um diálogo imaginado entre Bruno Latour e Talal Asad. *Horizontes Antropológicos*, ano 17, n. 35, p. 327 - 356, 2011.

GOUVÊA NETO, Ana Luíza. Mulheres na Assembleia de Deus: para se pensar a categoria de gênero além do estruturalismo. *NUMEN*, v. 18, n. 2, p. 89 – 106, 2016.

_____. *Na capa e por dentro: uma análise sócio histórica sobre a mulher evangélica em publicações assembleianas*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Orientação de Emerson Sena.

HEILBORN, Maria Luiza. *Gênero, sexualidade e saúde*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião e Sociedade*, 2015.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Iniciação sexual, família e religião em trajetórias de homossexuais evangélicos. In: *Anais do VIII Seminário Fazendo Gênero*. 2006.

_____. Uma homossexualidade Santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Religião e Sociedade*, v. 2, n. 30, p. 90 – 121, 2010.

SILVA; Cristiane Gonçalves da; et. al. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. *Psicologia em Estudo*, v. 13, n. 4, p. 683 - 692, 2008.

SILVA, Jeferson Batista da; et. al. Entre o mercado religioso e a fé inclusiva: igrejas LGBT como nicho de mercado. In: *Anais XII Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial*. 2017.